

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.134 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2000

CCJ

COMISSÃO QUER IDADE
MÍNIMA DE 21 ANOS
PARA PAIS ADOTIVOS

PÁGINA 6



Entre José Alencar (E) e Bello Parga, Ney Suassuna presidiu a reunião da CAS que aprovou novo prazo para adesão ao Refis

**Congresso
homenageia
hoje o Estatuto
da Criança**

PÁGINA 4

Empresas poderão ter mais 90 dias para aderir ao Refis

Aprovado pela CAE, projeto que reabre prazo para firmas interessadas em regularizar situação fiscal deverá ser submetido ao Plenário do Senado em regime de urgência

**Plenário aprecia
projeto que
impede venda de
ações da Petrobras**

PÁGINA 4



A médica Aleida Guevara Marti, filha de Ernesto Che Guevara, esteve ontem no Senado e cumprimentou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. A presença dela foi destacada em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy.

PÁGINA 9

As empresas poderão ter mais 90 dias para aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Projeto de lei que reabre esse prazo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais e segue para o Plenário do Senado com pedido de urgência. Os senadores entenderam que o Refis contribui também para o incremento da receita da União.

PÁGINA 5

OBRA DO TRT-SP

SUBCOMISSÃO

DECIDE OUVIR CINCO

PROCURADORES

Cinco procuradores que investigam o superfaturamento da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo serão convidados para depor na Subcomissão do Judiciário. A decisão foi adotada ontem pelos senadores, que voltam a se reunir hoje.

PÁGINA 8

CPI DO ROUBO DE CARGAS TOMA DEPOIMENTO DE EX-CAMINHONEIROS

PÁGINA 7

Observado pelo senador Romeu Tuma (E) e pelo deputado Oscar Andrade, o ex-caminhoneiro Jorge Méres (encapuzado) depõe na CPI



**Contas públicas
devem ser
divulgadas
na Internet**

A CAE aprovou ontem projeto de resolução que obriga União, estados e municípios a publicarem na Internet informações sobre suas contas e seus orçamentos. A proposta deverá ser analisada, agora, pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 5



Líderes partidários do Senado e Câmara reuniram-se com Antonio Carlos Magalhães e decidiram criar a subcomissão

Subcomissão estudará mudança na elaboração do Orçamento

Reunidas na tarde de ontem com o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, as lideranças partidárias do Senado e da Câmara decidiram criar uma subcomissão no âmbito da Comissão Mista de Orçamento para estudar alterações visando aperfeiçoar o processo de elaboração orçamentária no Legislativo.

Antonio Carlos, que vem defendendo a idéia de transformar o caráter do Orçamento de autorizativo para impositivo, afirmou que, se não for possível introduzir a mudança já para o ano que vem, os parlamentares deverão trabalhar para aplicá-la a partir do Orçamento de 2002.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que também defende a proposta, disse

que a subcomissão vai concluir sua missão "no prazo mais rápido possível", e que seu papel será o de abrir caminho no sentido da adoção do Orçamento impositivo, que depende da aprovação de proposta de emenda constitucional.

Segundo o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), as sugestões para a adoção do Orçamento impositivo que a subcomissão vai recolher poderão ser apresentadas como emendas às PECs tramitando sobre o assunto.

Já o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), disse que a subcomissão vai permitir a negociação política do assunto e a conscientização dos parlamentares para a necessidade de mudança, embora considere difícil aprovar a matéria ainda neste ano.

Para ACM, economia ajuda popularidade do presidente

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou ontem que a melhoria da avaliação do presidente da República nas últimas pesquisas era esperada, por ser reflexo da situação econômica do país:

— É uma melhoria esperada, mas a popularidade não vai voltar ao que foi. Aos poucos, ele vai readquirindo popularidade, o que é bom para o país. São dados baseados na economia, a economia está melhorando. Mas é muito difícil que o presidente volte à popularidade inicial.

O presidente do Senado acredita que nenhum governo consegue voltar aos índices de popularidade registrados quando da eleição, e citou o caso do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, cujo mandato é tido como o melhor dos últimos tempos, mas parece não ter chances de eleger seu sucessor. O senador não quis, porém, prever se o exemplo se aplicaria a Fernando Henrique Cardoso:

— Não sei, vamos ver, ainda temos muito tempo para chegar lá — afirmou.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Recebe Vicente Fox, presidente eleito do México

16h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

19h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional. *Plenário da Câmara dos Deputados*

PLENÁRIO

10h — *Sessão Solene do Congresso Nacional*
Pauta: comemoração dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). *Plenário do Senado Federal*

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*

Pauta: PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição Federal; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PLS nº 263/99, altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; Requerimento nº 400/2000, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 108/99 com o PLC nº 32/95, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 404/2000, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 149 e 320, de 1999, por regularem a mesma matéria.

19h — *Sessão Conjunta do Congresso Nacional*
Pauta: apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

9h — *Comissão de Assuntos Sociais*
Pauta: Ofício "S" nº 25/2000, encaminha ao Senado anteprojeto do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic), objetivando a criação do Conselho Federal e do Curso Nível Superior; PLS nº 134/2000, que dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio; PLS nº 96/2000, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõem sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição Federal; PLS nº 12/

Brasil 500



2000, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608/98, que dispõe sobre o serviço voluntário; PLS nº 66/2000, que cria o Conselho de Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada; PLS nº 526/99, altera a Lei nº 7.802/99, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e nº 538/99, altera os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802/99, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; Ofício "S" nº 38/2000, encaminha ao Senado cópia do Requerimento nº 234/2000, que solicita sejam realizados estudos para a implantação, no país, de um centro especializado no tratamento da retinose pigmentar; e requerimentos de Informações nºs 558, 559 e 560, de 1999, sobre as respostas dos ministérios do Trabalho, da Justiça e da Saúde aos requerimentos de informações sobre o relatório final da CPI criada, junto à Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, para apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada e a comercialização dos mesmos.
Pauta extra: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessa atividades. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*

Pauta: PLS nº 302/99, dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal; PLS nº 444/99, cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PLS nº 610/99, institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país e regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços; PDL nº 18/99, convoca plebiscito

sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; PDL nº 20/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões; Emenda nº 1 de plenário ao PLS nº 676/99, altera a Lei nº 9496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; e PLC nº 25/2000, que cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após a Ordem do Dia — *Comissão de Assuntos Econômicos*

Pauta: Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

ESPECIAL

12h — *Cultura ao Meio-Dia*

Filme: *Em qualquer outro lugar*, de Wayne Wang. *Auditiário Petróleo Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — *Sessão deliberativa ordinária*

Pauta: terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 11/2000, que dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do art. 73 da Constituição Federal; PLC nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata; substitutivo da Câmara ao PLS nº 115/96, que restringe o uso de capuz em operações policiais; PDL nº 87/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Chapadão Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Roque de Minas (MG); PDL nº 110/2000, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Matogrande de Rádio e Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté (RN); e PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sexta-feira

9h — *Sessão não deliberativa*

COMISSÕES

Quinta-feira

9h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*

Pauta: discussão e votação do relatório final do senador Geraldo Cândido sobre as causas e consequências apuradas do vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara (RJ). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helivaldo Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário debate garantia de recursos para a saúde

Proposta que estabelece percentuais mínimos de aplicação no setor teve ontem o primeiro dia de discussão em segundo turno. Roberto Requião criticou inclusão no texto de artigo permitindo dupla progressividade na cobrança do IPTU

Oito senadores debateram ontem a proposta de emenda constitucional que submete os recursos aplicados em saúde pública a percentuais mínimos, a serem definidos em lei complementar. Foi o primeiro dia de discussão da emenda em segundo turno, e os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Paulo Souto (PFL-BA) enfatizaram que o projeto não pode ser aprovado como se encontra.

Observando que apoiou com prazer essa iniciativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Requião disse que logo na primeira votação da matéria já se viu obrigado a votar contra, porque "é uma PEC com gato na tuba".

Souto aponta incoerência, outros parlamentares aplaudem proposta

O senador Paulo Souto, que desde a votação em primeiro turno vem alertando para o risco de os prefeitos aumentarem a alíquota do IPTU a pretexto de aplicar os recursos em saúde, apresentou mais argumentos contra a emenda. Disse que o texto interfere na autonomia financeira de estados e municípios, o que ele define como grave.

Com a aprovação do texto como se encontra, Souto entende que de nada valerá eleger prefeitos, governadores, vereadores e deputados, "porque, se eles não podem decidir sobre o orçamento dessas unidades da Federação, não têm mais nada a fazer". E considerou incoerente o Senado ter aprovado, no semestre passado, uma emenda de desvinculação dos recursos da União, e agora pretender engessar os recursos de estados e municípios.

Também debatendo a matéria, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Senado dará uma grande demonstração de sensibilidade com os problemas da população ao aprovar essa emenda constitucional. Ele apelou aos senadores para que estejam em Plenário amanhã, num gesto que, em sua opinião, significará uma homenagem aos milhões de brasileiros que dependem de serviços públicos de saúde.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) observou que a vinculação de recursos para a educação já tem mostrado seus efeitos no país, citando o aumento no número de alunos matriculados na rede pública de ensino. "A educação e a saúde merecem essa vinculação", afirmou o parlamentar,

Ele fez sérias restrições ao artigo 3º da emenda, que admite a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel e a adoção de alíquotas diferentes, conforme sua localização e uso.

Lembrando que o IPTU já é progressivo em razão do valor do imóvel, Requião afirmou que esse artigo cria a possibilidade de se alterar a alíquota, criando uma dupla progressividade, em razão do valor do imóvel e em razão do "alvitre da administração municipal". Para Requião, a Câmara dos Deputados "tentou uma estrepolia, colocando esse gato na tuba". Ele pediu destaque para a votação em separado desse artigo.

acrescentando que não basta a Constituição dizer que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Executivo precisa ter liberdade orçamentária, mas isso não pode chegar ao ponto de impedir que os legisladores, atentos às necessidades da população, busquem alternativas para solucionar problemas fundamentais para a qualidade de vida. "E não temos condições de melhorar o nível de vida da sociedade se não cuidarmos da educação e da saúde", afirmou Tebet.

Sebastião Rocha (PDT-AP) declarou-se satisfeito ao ver o Senado incorporar essa preocupação com a saúde da população. "Este é um setor de relevância social. Ampliam-se cada vez mais os problemas de saúde, recrudescem as doenças crônicas, então não se pode deixar de aprovar essa proposta pelo que ela representa de avanço", afirmou.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou que essa emenda constitucional traduz uma definição de prioridades, visto que não basta dizer na Constituição que a saúde é uma questão prioritária se o Congresso não destinar recursos mínimos para essa prioridade. Em sua opinião, prioridade se define no Orçamento.

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) também manifestou-se favorável à emenda, referindo-se ao governador do seu estado, Almir Gabriel, que já aplica em saúde os recursos orçamentários que agora passarão a ser vinculados, se for aprovada essa emenda constitucional.



Para Requião, é preciso derrubar na proposta o dispositivo que trata do IPTU



Souto diz que o texto interfere na autonomia financeira de estados e municípios

Senadores apreciam PECs sobre TCU e Orçamento

Em segundo turno, o Senado iniciou ontem a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera os limites mínimo e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União.

O texto estabelece que o limite máximo de 65 anos exigido para nomeação de ministro não deve ser aplicado aos auditores do TCU que tenham exercido o cargo de ministro-substituto por mais de cinco anos. Com mais

duas sessões de discussão, o texto deverá ser votado e enviado à deliberação da Câmara.

Também ontem o Plenário realizou o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares. Pela proposta de Alencar, a não-execução dessas emendas implicará crime de responsabilidade do presidente da República.



Bernardo Cabral propõe mudança no limite de idade para nomeação de ministro do Tribunal de Contas da União

Aprovado acordo do Brasil com a Guiana

O Senado aprovou ontem o texto do Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial, celebrado entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, em Brasília, no ano passado.

Em sua mensagem ao Congresso, o governo diz que a celebração desse acordo reflete o desejo dos dois países de fortalecer suas relações de amizade e seu processo de integração, tendo por objetivo facilitar a entrada e permanência de nacionais de um país no território do outro para o cumprimento de missões oficiais permanentes ou transitórias.

Entrando esse acordo em vigor, os brasileiros em missão oficial na Guiana, bem como seus familiares, estarão isentos da necessidade de obtenção prévia de vistos. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou parecer favorável à aprovação.

Senado vai homenagear Márcia Kubitschek

O Senado vai reverenciar a memória de Márcia Kubitschek, conforme requerimento dos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) aprovado ontem.

Os senadores solicitaram que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de sessão ainda a ser marcada seja dedicado a homenagear a ex-deputada federal e ex-vice-governadora do Distrito Federal, morta no último sábado.

Sessão solene marca os dez anos do Estatuto da Criança

Evento será realizado às 10h no Plenário do Senado. Às 19h, na Câmara dos Deputados, Congresso aprecia vetos a 40 propostas

O Congresso realiza hoje, às 10h, no Plenário do Senado, sessão solene destinada a comemorar os dez anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Estão inscritos para falar o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o deputado João Fasarella (PT-MG).

A sessão é o último de uma série de eventos que o Congresso vem promovendo desde o final de junho para lembrar os dez anos do estatuto. Entre as atividades já realizadas, destaca-se o lançamento da Plataforma Criança para as Eleições 2000, com assinatura de carta-compromisso pelos parlamentares candidatos. No gramado em frente ao Congresso, foram montadas tendas e palco, onde se desenvolveram oficinas de arte e muita recreação, além de diversas apresentações teatrais.

VETOS

Às 19h, deputados e senadores participam de sessão conjunta, no



A sessão que se realiza no Plenário do Senado faz parte de uma série de eventos que o Congresso vem realizando para comemorar os dez anos do estatuto

Plenário da Câmara, para apreciar vetos apresentados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a 40 matérias aprovadas pelo Legislativo. Treze desses vetos são totais e 37, parciais (por abrangerem apenas artigos, parágrafos, incisos ou

alíneas de propostas aprovadas na Câmara e no Senado). Para que seja rejeitado qualquer dos vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, são necessários os votos de 257 deputados federais e 41 senadores em votação secreta.

Plenário decidirá sobre projeto que impede privatização da Petrobras

O Senado vota hoje projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que estabelece a proibição de venda das ações da Petrobras que excedam o mínimo necessário para manter com o governo o controle da empresa. O projeto ainda impede a privatização da empresa e também do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

A manutenção do controle acionário da Petrobras pela União tornou-se obrigatória após a publicação, em 1977, da lei que regulamentou a política energética nacional. No mesmo ano, porém, uma nova lei – que alterou as normas do Programa Nacional de Desestatização (PND) – permitiu a venda pelo governo das ações da empresa que excedam o necessário à manutenção de seu controle pela União.

Álvaro Dias quer alterar a lei que regulamentou o PND. Seu projeto foi incluído na Ordem do Dia da última sessão deliberativa do semestre passado, mas foi aprovado requerimento solicitando o adiamento da votação, que acon-



Álvaro Dias é autor do projeto que impede também a privatização do BB e da CEF

tecerá agora.

Também hoje, o Senado vota projeto de iniciativa do governo que regulamenta a relação entre os entes públicos que patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e essas entidades.

O projeto estabelece, como regra especial para os planos de benefício dessas entidades, a exigência de carência mínima de 60 contribuições mensais e a cessação do vínculo com o patrocinador para que o segurado se torne elegível a um benefício de prestação programada e continuada. Os beneficiá-

rios não terão direito a ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza.

RECURSOS PARA SAÚDE

O Plenário realiza também o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que condiciona a percentuais mínimos, definidos em lei complementar, os recursos aplicados pelo Brasil em saúde pública. A mesma iniciativa aumenta o volume de recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor.

Outra matéria que será discutida é a proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que altera os limites mínimo e máximo de idade a que estão sujeitos os candidatos a ministro do Tribunal de Contas da União. Vai se realizar ainda o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional do senador José Alencar (PMDB-MG) que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares.

Senado aprova voto de congratulações a Danuza

O Senado aprovou ontem voto de congratulações à jornalista Danuza Leão, de acordo com requerimento apresentado pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. O senador informou que a jornalista irá receber, à noite, no Rio de Janeiro, o Grau de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras. “É uma comenda importantíssima para os franceses”, afirmou.

Antonio Carlos explicou que não é do seu feitio fazer propostas semelhantes, mas no caso de Danuza Leão o senador considera que se deve abrir uma exceção, pois se trata de uma jornalista competente que honrou o país em todas as ocasiões em que exerceu a sua função, inclusive no exterior.

O senador disse que Danuza conviveu na França com personalidades importantes, como Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, quando pôde trazer conhecimentos profundos para o Brasil. O presidente do Senado lembrou o casamento da jornalista com Samuel Wainer e sua convivência com Antonio Maria Araújo de Moraes, que



Antonio Carlos: Danuza é uma jornalista competente que honrou o país em todas as ocasiões

trabalhou com Antonio Carlos nos Diários Associados.

– Danuza sempre pautou sua vida jornalística dentro dos moldes irrepreensíveis de uma conduta exemplar. Daí por que estou aqui hoje para me congratular com essa colunista do *Jornal do Brasil* que assumiu a direção dessa coluna após o afastamento de outro grande colunista brasileiro, já desaparecido, Zózimo Barroso do Amaral. O *JB* tem em Danuza um ponto muito importante da edição do jornal – acrescentou o senador.

Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que Antonio Carlos interpretava o pensamento da Mesa e se associou à homenagem.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000. Senador José Alencar e outros. Insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.

Resultado: Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2000. Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomático, Oficial/Serviço, Especial e Oficial de ambos os Países, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Cooperativista da Guiana, em Brasília, em 20 de maio de 1999.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Requerimento nº 386, de 2000. Senador Ney Suassuna. Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 57, de 1995, e 63, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Lido e aprovado requerimento do senador José Roberto Arruda solicitando a tramitação da PEC nº 29/2000 com as de nºs 57/95 e 63/99. Aprovado o RQS nº 386/2000, as PECs nºs 57/95, 63/99 e 29/2000, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CCI.

6

Requerimento nº 387, de 2000. Senador Moreira Mendes. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 144 e 147, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLSs nºs 144 e 147/2000 passam a tramitar em conjunto e retornam à CCI.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CAE aprova prorrogação do Refis por 90 dias

Por unanimidade, os integrantes da comissão decidem dar mais tempo para que um número maior de contribuintes renegociem seus débitos fiscais e optem pelo programa, ao qual apenas 20 mil empresas aderiram até o momento

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram relatório do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) favorável ao projeto da Câmara que reabre por 90 dias o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal das empresas, o Refis. O projeto segue para Plenário com pedido de urgência e pode ser aprovado ainda esta semana.

— O Refis revelou-se um instrumento importantíssimo, não apenas para a regularização fiscal de inúmeras empresas, mas também para o incremento da arrecadação tributária — afirma o relatório, lido pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA).



O senador paraibano Wellington Roberto relatou a matéria na CAE

Segundo o presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), apenas cerca de 20 mil empresas aderiram ao Refis. Uma das razões para isso, afirma o relatório, é que, no interior do país, não houve divulgação e esclarecimento adequados, pois a Receita Federal centralizou as informações em Brasília, tornando-as disponíveis apenas na Internet.

Senado vai debater política de preços para o gás natural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública sobre a *Política de Preços para a Indústria do Gás Natural*, por requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) aprovado ontem.



Para Santos, o gás pode ser uma das saídas da atual crise energética

O senador argumenta ser necessário dar atenção especial ao tema, pois o país vive uma “crise no abastecimento de energia elétrica, com perspectivas de agravamento”. Ele leva em consideração a possibilidade de utilização do gás natural como insumo industrial e a “imperiosa” viabilização do Programa Prioritário de Termelétricas, elaborado pelo governo federal.

Serão convidadas para a audiência pública, que ainda não tem data definida, as seguintes autori-

— A reabertura do prazo não representa novo benefício fiscal e não acarreta perda de arrecadação. Pelo contrário, só pode trazer proveito para a administração tributária e os contribuintes — afirmou Luiz Otávio.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Edison Lobão (PFL-MA), Geraldo Althoff (PFL-SC), Osmar Dias (PSDB-PR) e Francelino Pereira (PFL-MG) ressaltaram a importância da proposta. Osmar acredita que o prazo de 90 dias ainda é curto. Não apresentou emenda para evitar que o projeto voltasse à Câmara.

METAS

A CAE aprovou ainda relatório de Bello Parga (PFL-MA) favorável à programação monetária encaminhada pela Presidência da República para o terceiro trimestre do ano. De acordo com o relator, o Banco Central prevê a manutenção da trajetória declinante da taxa de juros básica. O projeto de decreto legislativo, proposto no parecer da CAE, segue para apreciação do Plenário.

dades: Eliezer Batista da Silva, assessor da Companhia Vale do Rio Doce; David Zilbersztajn, presidente da Agência Nacional do Petróleo; José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Delcídio do Amaral Gomez, diretor da Petrobras; e Cezar Roland, diretor da Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica.

A pedido do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), o presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), sugeriu que sejam convidados para a audiência pública representantes dos estados interessados. Segundo Luiz Otávio, o Pará está explorando novas reservas de gás natural, muito importantes na formação da matriz energética da região Norte.

Projeto aprimora a divulgação de contas públicas

Com base em relatório do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de resolução que exige o cumprimento da lei obrigando a União, estados e municípios a publicar na Internet seus orçamentos e informações financeiras como condição à contratação de novos empréstimos. A proposta, sugerida nas conclusões da CPI do Sistema Financeiro, altera a Resolução nº 78 de 1998 e recebeu apoio unânime dos senadores.

Caso o Plenário aprove o projeto, os governos federal, estaduais e prefeituras terão de fornecer dados sobre suas contas em uma *home page* administrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), antes de pedir autorização do Senado para novos empréstimos.

O senador Luiz Otávio acatou emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para que a comprovação de que a União, o estado ou



Segundo Luiz Otávio, a Internet pode facilitar a cooperação entre os governos e o TCU

o município está cumprindo a lei seja feita por meio de certidão, emitida pelo respectivo tribunal de contas.

— A CPI do Sistema Financeiro constatou falta de empenho por parte de estados e municípios na divulgação de seus respectivos orçamentos e informações financeiras via Internet. Acreditamos que a inserção desse dispositivo é, em

princípio, meritória e deveria, teoricamente, incentivar o Executivo a colaborar com o TCU na divulgação de dados sobre as contas públicas — afirmou Luiz Otávio em seu relatório.

EMENDAS

A CAE também aprovou relatório do senador José Alencar (PMDB-MG) sobre as emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural. Alencar acatou apenas uma das seis emendas, de autoria de Luiz Otávio, de modo a estimular a organização de produtores em cooperativas e associações.

Os membros da comissão aprovaram ainda relatório de Lúdio Coelho (PSDB-MS) contrário ao projeto de lei do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que permitia deduzir do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas as contribuições à defesa civil.

CAS analisa proposta que simplifica o processo de registro de agrotóxicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará hoje, a partir das 9h, uma pauta com oito itens. Das matérias, apenas duas têm parecer favorável de seus relatores e ambas são terminativas. Uma delas é o substitutivo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao projeto do ex-senador Blairo Maggi (sem partido-MT), tratando da pesquisa, produção, embalagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda, importação e classificação de agrotóxicos.

O substitutivo simplifica o processo de registro de agrotóxicos que tenham o mesmo princípio ativo. O relator considerou prejudicado projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre o mesmo assunto.

A outra matéria, que recebeu parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), é de autoria da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) e inclui na lista dos serviços voluntários aqueles prestados a entidades de assistência à

mulher. Esse tipo de serviço não gera vínculo empregatício e, na legislação atual, compreende toda atividade não-remunerada prestada por pessoa física a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

Outro projeto da pauta, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), cria um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Corretores de seguros, de capitalização e de previdência privada. Ele deve ser enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a pedido do relator, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Ele solicita parecer quanto à constitucionalidade da matéria. Mozarildo pediu ainda arquivamento de projeto que criaria o Conselho Federal e o curso superior de instrumentador cirúrgico.

Juvêncio da Fonseca emitiu parecer pela rejeição a projeto de Mozarildo que sugere a contagem do tempo de estágio para efeito de aposentadoria, e pediu a rejeição



O substitutivo de Antero Paes de Barros será votado pela CAS em caráter terminativo

do projeto de Geraldo Cândido (PT-RJ) que modifica as regras do salário mínimo. Cândido propõe que os trabalhadores empregados em serviços insalubres tenham piso salarial 50% maior que o salário mínimo e que o valor deste não seja menor do que 1/20 do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Também será analisado relatório de José Alencar (PMDB-MG) sobre informações prestadas pelos ministérios do Trabalho, Justiça e Saúde relacionadas com as investigações de CPI da Assembléia Legislativa de Minas Gerais destinada a apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar. Para ele, o episódio demonstrou a fragilidade das instituições para prevenir e reprimir crimes dessa natureza.

Para CCJ, pais adotivos devem ter no mínimo 21 anos

A idade é sugerida pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como solução de equilíbrio entre os 18 anos propostos pela Câmara e os 30 previstos no Código Civil hoje em vigor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem sugestão para que a Câmara retire do Código Civil qualquer referência ao processo de adoção. Assim, a idade mínima exigida de pais adotivos seria 21 anos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. A recomendação faz parte do relatório de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) relativo ao projeto de lei da Câmara que modifica amplamente o Código Civil.

Segundo Fogaça, o projeto, em tramitação no Congresso desde 1975, voltou ao Senado apenas para sofrer revisão quanto à terminologia e aspectos jurídicos e constitucionais, não cabendo a votação de emendas. No entanto, o Regimento Interno permite a apresentação de sugestões, que poderão ser apreciadas pela Câmara. Depois de aprovada naquela Casa, a matéria seguirá para a sanção presidencial. O relatório aprovado pela CCJ, com as abstenções dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), deverá ser votado rapidamente pelo Plenário do Senado, já que se trata de matéria de caráter preferencial.

A opção de Fogaça pelo que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente foi definida pelo senador como a busca do equilíbrio, uma vez que a proposta da Câmara prevê a idade mínima de 18 anos, contra os 30 anos exigidos pelo Código Civil em vigor. Ao suprimir as referências ao processo de adoção, a Câmara também eliminaria a possibilidade da adoção de adultos capazes.



O relator José Fogaça acha que o novo Código Civil vai facilitar a prestação de justiça no país

O relator observou que o projeto incorpora ao código modificações que vêm sendo feitas por meio de leis, decisões judiciais ou pela introdução de novos costumes. A maioria dessas mudanças é na área do Direito de Família. Estão sendo proibidas, por exemplo, a utilização de expressões como “filhos legítimos” ou “ilegítimos”, concedendo-se a todos os filhos os mesmos direitos, ressalvados os patrimoniais, quando frutos de relações distintas.

Outra alteração é o estabelecimento, em lei, do critério de tempo para configurar a união estável – cinco anos para a união sem filhos e dois anos para a união com filhos. O casamento poderá se realizar mesmo quando o cônjuge do sexo masculino tiver menos de 16 anos, para evitar a imposição de pena criminal ou em caso de gravidez. Retirou-se a expressão “para salvar a honra da mulher”.

Apesar dessas mudanças, o código não procura avançar além das práticas amplamente reconhecidas como aceitáveis pela sociedade, no entender de Fogaça, que defendeu o projeto diante da observação do

senador Amir Lando (PMDB-RO) de que o código nascia “velho”, apesar de estar sendo discutido desde 1961.

– Todo código é conservador por natureza, mas essa nova versão facilitará a prestação da Justiça – disse Fogaça.

Apesar da natureza conservadora do código, a possibilidade de que o marido adote o nome da esposa está prevista, contra a opinião do senador José Alencar (PMDB-MG), que disse preferir o homem na posição do “cabeça de casal”. Sugestão incorporada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) deverá impedir que os cônjuges adotem, ao mesmo tempo, um o sobrenome do outro, facilitando fraudes contra o fisco.

Conforme Fogaça, as pessoas físicas poderão responder, inclusive com a perda de bens, por más ações cometidas à frente de suas empresas. Foi trocada ainda a palavra “homem” por “pessoa” no estabelecimento da personalidade civil do indivíduo, que começa do nascimento com vida. A lei garante os direitos do nascituro, desde a concepção, mantendo-se a proibição ao aborto.

Senadores discutem proposta para criação de novos estados

Três projetos do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propondo plebiscitos para criação de novos estados da Federação serão examinados hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a partir das 10h. Os projetos têm pareceres favoráveis e prevêem a constituição dos estados do Solimões (a partir de municípios que integram hoje a parte oeste do Amazonas), Tapajós (municípios do oeste do Pará) e Araguaia (norte do Mato Grosso). Os relatores das matérias são, respectivamente, Romeu Tuma (PFL-SP), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Será votado ainda pela comissão projeto de caráter terminativo do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão “boa aparência” nos anúncios de emprego. A matéria tem parecer favorável de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A comissão examinará também projeto do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol) para profissionais de ensino superior recém-formados que exerçam suas profissões nas regiões Norte e Nordeste.

Projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que trata dos procedimentos de privatização dos serviços públicos de saneamento recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR). A matéria, segundo o relator, tem como objetivo proteger usuários de baixa renda da cobrança determinada por critérios estritamente comerciais. Para isso, cria a tarifa social determinada pela média das tarifas mínimas cobradas nos 42 meses anteriores à vigência da lei.

Teve parecer favorável de Iris Rezende (PMDB-GO) matéria proposta pelo Tribunal Superior do Trabalho que cria o quadro permanente de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goias).

Ainda na pauta da comissão, relatório de José Eduardo Dutra (PT-SE) opinando pela constitucionalidade e juridicidade de projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que substitui o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador dos contratos de refinanciamento, pela União, de dívidas dos estados.



Mozarildo Cavalcanti quer criar os estados do Tapajós, Solimões e Araguaia

Aprovado voto de louvor por reunião entre presidentes das Coreias do Norte e do Sul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem voto de louvor proposto pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pela reunião histórica, ocorrida em junho, entre os presidentes da República da Coreia e da República Democrática Popular da Coreia.

Emilia Fernandes explicou que o encontro abriu caminho para a reunificação das duas Coreias. A senadora disse que quando esteve na Coreia do Norte, constatou

como a reunificação é desejada pelo povo coreano.

– Claro está que há um longo caminho a ser percorrido até a consumação do ato final, aquele que permitirá o reencontro da Coreia com sua unidade. O aperto de mãos entre os presidentes traz forte dose simbólica: prenuncia a paz, prepara o terreno para a futura reunificação de um povo irmão e sepulta uma das derradeiras expressões da anacrônica Guerra Fria – assinalou a senadora.



O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que visitou a Coreia há 15 anos, quando ainda era latente o sentimento de ódio entre as nações do Norte e do Sul. Ele acrescentou que, em evento promovido pela comunidade coreana de São Paulo três dias antes da reunião entre os dois chefes de Esta-

do, o senador pôde constatar a alegria dos refugiados com a futura reunificação.

A CRE aprovou ainda parecer favorável a projeto de lei da Câmara que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas

Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares. A prestação voluntária dos serviços terá a duração de um ano, podendo ser prorrogada por mais um, “a critério do Poder Executivo, ouvido o comandante-geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar”.

A CRE também acolheu projeto que estabelece normas para a prestação voluntária de serviços

Ex-caminhoneiro aponta golpe contra seguradoras

A revelação foi feita por Jorge Méres à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas, que contará a partir de agora com telefone para o recebimento de denúncias. As ligações poderão ser feitas gratuitamente

Encapuzado, temendo represálias, o ex-caminhoneiro Jorge Méres depôs ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas e afirmou que grande parte das mercadorias tidas como roubadas nas rodovias do país é, na verdade, extraviada, em golpes aplicados contra companhias seguradoras.

Ele também apontou o empresário William Sozza como chefe da principal quadrilha que atua no extravio de cargas nas rodovias do país. Sozza, foragido da polícia, seria, conforme o depoente, o mentor de organização criminosa com base em Campinas (SP), que detém o controle de várias empresas, opera em 14 estados e estende sua influência a países vizinhos. Jorge Méres trabalhou de 1988 a 1995 como caminhoneiro das transportadoras de Sozza, e chegou a ser seu motorista particular.

O ex-caminhoneiro, que recebia os pagamentos da organização, encontra-se atualmente no

programa de proteção a testemunhas, por ter acusado a quadrilha de Sozza de haver assassinado sua esposa, Débora Rodrigues da Silva, em 1994. Ele já auxiliou os trabalhos da CPI do Narcotráfico e prometeu entregar um organograma com todo o esquema da quadrilha. Méres forneceu nomes de empresários, empresas fantasmas, receptadores, policiais, corretores de seguros e até juízes comprometidos, segundo ele, com o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro.

Respondendo ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), Jorge Méres disse que Sozza possui inúmeros testas-de-ferro espalhados por vários estados do país, e que o contato no Rio de Janeiro seria o traficante Fernandinho Beira-Mar, procurado pela polícia carioca. Méres revelou ainda que Sozza tinha como parceiros traficantes bolivianos, que compravam as carretas roubadas nas estradas brasileiras. As empresas que adquiriam as mercadorias

roubadas serão investigadas pela CPI.

Para o senador Moreira Mendes (PFL-RO), várias dessas empresas podem ter realizado negócios com William Sozza de boa-fé. Mesmo assim, deverão sofrer investigações. O senador acredita que finalmente a CPI do Roubo de Cargas poderá encontrar o "fio da meada", complementando o trabalho da CPI do Narcotráfico.

A comissão que investiga o roubo de cargas ouviu também o ex-caminhoneiro Ananias Elisário da Silva, acusado de ter participado de aproximadamente 80 latrocínios — roubo seguido de assassinato — em estradas de todo o país. Preso há cinco anos em Céu Azul (GO), ele admitiu apenas um assassinato, em Teresina (PI), e um atropelamento, na cidade de Marambaia (PA). Recusando-se a responder a inúmeras perguntas e a cola-



O ex-caminhoneiro Jorge Méres durante depoimento à CPI, ao lado do deputado Oscar Andrade e do senador Romeu Tuma, presidente da comissão

borar com as investigações, Ananias, que depôs algemado, disse que era autônomo e que apenas comprava mercadorias sem nota fiscal. A CPI decidiu convocar as pessoas que mantinham contatos profissionais com Ananias Elisário.

O presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), garantiu que a CPI continuará seus traba-

lhos de investigação nas próximas semanas, realizando diligências em São Paulo. Ele considerou proveitoso o depoimento de Jorge Méres, e disponibilizou um número de telefone para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre o roubo de cargas em todo o país pode ligar gratuitamente para 0800-612211.

Adiada a votação do projeto que institui emissoras de TV comunitária



A Comissão de Educação durante a reunião realizada ontem

Nada menos que 25 pedidos de renovação e de concessão autorizando o funcionamento de rádios e televisões foram aprovados ontem pela Comissão de Educação (CE) do Senado:

CONCESSÕES AUTORIZADAS

Associação da Rádio Comunitária Alternativa (PR)
Rádio Brasil Amazônia (PA)
Rádio Cabo de Santo Agostinho (PE)
Rádio Taiobá (PR)
Chapadense de Comunicação (MS)
Clube de Mães e Idosos L. Gomes (RN)
Costa Branca (RN)
Debie (PR)
Fundação Dom Bosco (MS)
Fundação Navegantes de Porto Lucena (RS)
Fundação Rádio Educacional Jataí (GO)
Interativa (SP)

Movimento Comun. pela Cidadania (AM)
Princesa das Matas (AL)
Sistema Excelsior de Comunicação (SP)
Triângulo (RS)

RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES

Fundação Educacional Sant'Ana (RN)
Fundação Frei João Batista Vogel (GO)
Gazeta Comunicações (RS)
Intervisão — Emissoras de Rádio e TV (MG)
Rádio AM Show (SP)
Rádio Cidade Alta (PR)
Rádio Pioneira Stereo (RS)
Rádio Piratininga de Pirajuí (SP)

Pedido de vistas coletivo dos senadores da Comissão de Educação (CE) adiou a votação do projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que institui o serviço de televisão comunitária, apesar do voto favorável da relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). A proposta entra em pauta na próxima reunião da comissão.

O projeto altera a Lei de Radio-difusão Comunitária, de 1998, e permite que as comunidades também tenham canais próprios de televisão nas frequências VHF e UHF. A proposta anistia as pessoas, entidades ou associações que vinham prestando irregularmente o serviço e fixa normas para que a atividade entre em operação.

Para Emilia Fernandes, as TVs comunitárias desempenham importante papel nas cidades do interior e na periferia das grandes cidades. Além disso, conforme lembrou, a regulamentação vai possibilitar o fim da clandestinidade de milhares de emissoras.

Manual de eletrodoméstico poderá ter versão em braile

Eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos vendidos em todo o país deverão vir acompanhados de um exemplar do manual de especificações técnicas em alfabeto braile. A determinação está no projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A matéria, de autoria do ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL), pretende facilitar aos portadores de deficiência visual a compreensão das informações relacionadas aos produtos. Indústrias, importadores e revendedores teriam prazo de 18 meses para cumprir as exigências.

Aprovado em caráter terminativo, o projeto, caso não haja recurso para apreciação pelo Plenário, segue diretamente à Câmara dos

Deputados. A relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), argumentou que a proposta integra socialmente os portadores de deficiência visual, além de encorajá-los a adquirir aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

O projeto terá de ser votado em turno suplementar na próxima reunião da CE, já que Emilia Fernandes apresentou substitutivo à proposta original. Segundo ela disse, o projeto beneficiará milhares de cidadãos. Para ilustrar, a senadora citou informações da Secretaria de Ensino Especial do Ministério da Educação, segundo as quais cerca de 18 mil alunos da rede de ensino fundamental são portadores de deficiência visual.

Ponte recebe nome de desbravador

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que dá o nome de Sebastião Diniz à ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174, no estado de Roraima.

Mozarildo Cavalcanti justificou

a homenagem argumentando que Sebastião Diniz é considerado um dos maiores desbravadores de Roraima. Ele lembrou que foi Diniz quem abriu em Roraima, pela primeira vez, uma picada de 815 quilômetros, que mais tarde tornou-se a BR-174.

Subcomissão define depoimentos e pede dados ao BC

Cinco procuradores serão convidados a depor sobre a liberação de verbas para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Reunião hoje discute novos procedimentos

A Subcomissão do Judiciário decidiu ontem convidar cinco procuradores para depor sobre a liberação de verbas para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Também foi acolhido requerimento de informações ao Banco Central sobre a movimentação de recursos orçamentários da União destinados à obra do fórum trabalhista.

O presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), espera contar até amanhã com a presença dos cinco procuradores — Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb, Janice Ascari, Isabel Groba e Maria Luiza Duarte. Ele marcou ainda uma nova reunião para hoje, às 10 horas, quando serão apreciados tanto os re-

querimentos para convite a novos depoentes — feitos na semana passada — quanto os apresentados ontem pelo Bloco Oposição, solicitando, entre outras, informações a respeito da movimentação bancária do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

— Nosso objetivo é o de dar celeridade aos trabalhos — afirmou Renan Calheiros após a reunião, antecipando que passaria a entrar em contato de imediato com os cinco procuradores para acertar a data de sua presença na subcomissão. Ele disse ainda que, antes da reunião prevista para hoje, os senadores que integram a subcomissão poderão buscar um acordo sobre os próximos requerimentos a serem apreciados.

Durante a reunião, os senadores do Bloco Oposição insistiram na necessidade de votação imediata dos oito requerimentos que apresentaram ontem. Mas o presidente da subcomissão argumentou que esses requerimentos, a exemplo dos anteriores, precisavam ser avaliados pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Ele propôs inicialmente que José Jorge apresentasse parecer sobre os requerimentos na próxima semana. Após uma hora e meia de debate, chegou-se a um acordo que previa a votação imediata da convocação dos procuradores e do pedido de informações ao Banco Central, feito pela oposição.

O requerimento pede ao BC informações detalhadas sobre os recursos orçamentários da União

destinados à obra do TRT-SP, identificando a data e o valor dos depósitos e os titulares das contas correntes que receberam os créditos bancários originados do poder público, assim como o destino dos recursos, sempre que registrados débitos superiores a R\$ 10 mil nos dias subsequentes aos créditos e que o movimento possa “sugerir uma seqüência de transferência dos valores para outros titulares”.

Na justificativa do requerimento, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentam que, apesar das tentativas realizadas pela CPI do Judiciário no ano passado, “não foi possível rastrear as contas bancárias pelas quais passaram os recursos desviados da obra do fórum trabalhista, devido à morosidade havida na prestação dessas informações à CPI”.

ACM reafirma que Mesa pode pedir quebra de sigilo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou na manhã de ontem sua convicção no poder da Mesa da Casa de pedir a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas que estejam sendo investigadas pela Subcomissão Permanente do Judiciário, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para acompanhar os desdobramentos da CPI do Judiciário. Mas destacou que “cada caso é um caso” e somente serão encaminhados pedidos de quebra de sigilo considerados justificáveis pela Mesa.

Para Antonio Carlos, “primeiro é preciso aprovar na subcomissão e em seguida encaminhar o pedido à Mesa para que ela avalie se cabe a quebra do sigilo”. Na medida em que a subcomissão é parte da CCJ, ele entende que os seus pleitos não têm por que passar também pela comissão. “A Mesa vai fazer o exame independente da CCJ e, se tiver dúvidas, perguntará à CCJ”, explicou. “Mas a Mesa não terá dúvidas em tomar posição diante de alguma coisa justificada”, acrescentou. Com relação às manifestações de que o governo não veria com simpatia a possibilidade de a Mesa pedir quebra de sigilo, ele disse:

— O governo tem a posição dele, mas o Legislativo é independente e essa independência nós temos que preservar. A opinião do Executivo é uma, mas nós podemos ter uma opinião diferente e quem



Antonio Carlos Magalhães: Mesa tomará posição “diante de alguma coisa justificada”

decide isso é o Judiciário.

Antonio Carlos também comentou a possibilidade de a oposição abandonar a subcomissão, caso não sejam aceitos requerimentos de quebra de sigilo e de convocação de depoentes.

— Seria uma intolerância da minoria em relação à maioria. Tudo vai ser decidido democraticamente, ouvindo-se as razões, seja da base oposicionista, seja da governista, e o que for para se fazer, será feito. Agora, ameaça *a priori* não é bom — advertiu.

Ele discorda da decisão da OAB de pedir a convocação de uma CPI no lugar da subcomissão. “A OAB é uma instituição respeitável, mas que no máximo pode comandar os advogados. Não pode comandar o Congresso. Um pedido desses pode até atrapalhar quem quer a CPI, porque o Congresso pode se sentir coagido pelos advogados, que são muito corporativistas”, opinou.

O senador não quis se manifestar sobre a convocação do ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira para explicar denúncias que fez à imprensa sobre corrupção no governo, alegando que “esse é um assunto da comissão, o que ela decidir estará bem feito”. Criticou, porém, o ex-ministro, por não ter falado na época:

— É estranho que só depois de seis anos ele toque no assunto. Se houve erro, ele deveria ter falado na ocasião. Acho que não fica bem para o ex-ministro ter ocultado essa informação por tanto tempo, se é que isso é verdade. Eu acho que é mentira — declarou.

Quando à sugestão do ministro da Fazenda, Pedro Malan, em favor de um pacto entre os possíveis concorrentes à sucessão presidencial para preservar o combate à inflação e ao déficit público, o senador observou que, em relação aos políticos e administradores da situação, essa é uma questão que “não tem dúvida”. Sua dúvida é com relação à oposição.

— Ninguém é contra reduzir a inflação, ninguém é contra reduzir o déficit público, mas é preciso ver se a oposição comunga desse ponto de vista do ministro da Fazenda. São todos pontos em que os políticos e administradores são favoráveis, mas pode haver divergência do lado da oposição, pensando que não é essa a melhor forma de combater a inflação ou cortar o déficit público — afirmou.

Renan Calheiros, ao lado do relator, José Jorge: “Objetivo é dar celeridade aos trabalhos”



Suplicy considera normal colaboração com procuradores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou, em Plenário, o teor da carta que dirigiu ao presidente do Senado discordando da avaliação negativa que Antonio Carlos Magalhães manifestou sobre a reunião que senadores da oposição e do PMDB tiveram com dois procuradores da República, antes do depoimento do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge à subcomissão do Judiciário do Senado.

Para Suplicy, a colaboração entre procuradores e senadores “é natural” e sempre se deu no âmbito das CPIs do Senado. “Se outros senadores não tiveram contato com os procuradores foi porque não quiseram. Até mesmo o presidente, senador Renan Calheiros, e o relator da subcomissão, senador José Jorge, se reuniram com o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, antes do depoimento”, afirmou.

Suplicy enfatizou ter a reunião se realizado em seu gabinete, de maneira transparente e até registrada pela imprensa. Ele lembrou, também, que estão sob exame da subcomissão as datas de depoi-

mento dos procuradores Guilherme Shelb e Luiz Francisco de Souza e até mesmo das procuradoras de São Paulo que estão examinando há mais tempo as irregularidades das obras do TRT-SP.

O senador divulgou, ainda, proposta apresentada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados (OAB) de instalação de uma CPI para apurar o envolvimento de autoridades nas obras do TRT-SP, bem como a interferência do Executivo na escolha de juízes classistas. “Vamos continuar participando dos trabalhos da subcomissão, mas sem desistir de obter as assinaturas necessárias de parlamentares para a CPI”, concluiu Suplicy.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) louvou o “patriotismo” da OAB, considerando que a posição favorável à instalação da CPI “honra sua tradição democrática”. Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que os senadores da base governista têm todo o interesse em colaborar numa investigação séria, pela subcomissão, das irregularidades do TRT-SP.

Médica Aleida Guevara, filha de Che, visita o Plenário do Senado

Apresentada ao Plenário pelo senador Eduardo Suplicy, a pediatra que vive em Cuba elogiou a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que a homenagearia na noite de ontem

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a presença no Plenário da médica Aleida Guevara Martí, filha do revolucionário Ernesto Che Guevara. O parlamentar, que pediu aparte ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS) para fazer o registro, “dada a relevância da visita”, ressaltou que Che Guevara lutou pelo ideal de construir um mundo mais justo e que Aleida, como médica de crianças em Cuba, está inteiramente integrada à revolução cubana.

Na noite de ontem, Aleida Guevara seria homenageada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que está reunido em congresso em Brasília. De acordo com o senador, Aleida fez uma avaliação positiva do MST,

que, segundo ela, traz “extraordinária esperança” ao Brasil. Ao retomar seu discurso, o senador Tebet se associou a Suplicy nas homenagens à filha de Che Guevara. O parlamentar lembrou que encontrou a médica em uma emissora de rádio, ocasião em que teve a oportunidade de saudar a visitante.

Tebet acrescentou, em referên-



O senador Eduardo Suplicy ressaltou a relevância da visita de Aleida Guevara

cia ao MST, que defende uma re-

forma agrária justa e humana.

“Aceito movimentos pacíficos. Só não aceito violência”, completou.



Maldaner: autor do projeto que garante o recebimento dos recursos retidos pelo FEF

Maldaner quer ressarcimento a estados e municípios

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que obriga a União a ressarcir os estados e municípios que tiveram recursos constitucionais subtraídos de 1994 até o ano passado, durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Conforme explicou o senador, tanto o Fundo Social de Emergência (FSE) como o FEF retiraram parcela substantiva dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE).

— O fato é que os recursos constitucionais que pertenciam a estados e municípios puderam ajudar a União no controle das contas públicas federais, ao mesmo tempo que fizeram mui-

ta falta a seus legítimos donos. Como consequência, os estados e municípios tiveram de sofrer um ajuste fiscal mais pesado e mais radical do que seria devido, ocasionando a suspensão e a piora de serviços públicos essenciais à população — avaliou o senador.

Para o parlamentar, uma vez que a União conseguiu equilibrar suas finanças, nada mais justo que os estados e municípios sejam ressarcidos. O projeto prevê, explicou Maldaner, que o montante de recursos do FPE e FPM retido pela União ao longo de seis anos seja corrigido pelo IGP-DI e pago em parcelas mensais. A proposta estabelece também que o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalize o pagamento.

Ricardo Santos critica política de preços para o gás natural

A política de preços para o gás natural adotada pelo governo, baseada no princípio da equalização para todo o território nacional, restringe oportunidades de investimentos, destrói vantagens comparativas—como as existentes no norte fluminense e no litoral capixaba—, distorce a alocação de recursos e implica a existência de subsídios a alguns consumidores em detrimento de outros. O alerta foi feito ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Essa política, disse o parlamentar, poderá inviabilizar o Programa Prioritário de Termelétricas, cuja aceleração seria a única alternativa de que dispõe o país para superar a crise de abastecimento de energia elétrica, que tende a se agravar nos próximos anos em função dos limites ao crescimento da oferta de energia hidrelétrica.

Para contribuir com o aperfeiçoamento da política de gás natural para o país, o senador propôs à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a convocação de audiência pública com representantes dos setores envolvidos. A proposta foi aprovada ontem de manhã.

Conforme Ricardo Santos, a implementação do programa de termelétricas está reconhecidamente atrasada devido a pontos críticos decorrentes da política de preços para o gás natural. O senador destacou o descasamento entre o custo do gás natural — definido pelo governo federal em dólar — e a tarifa de energia elétrica, fixada em real e corrigida anualmente. Citou também a homogeneidade de preços do gás para utilização em termelétricas, cujo valor resulta “da composição ponderada dos preços do gás importado e do gás produzido internamente, com a adição de um custo de transporte arbitrado e único”.

Na opinião do senador, o marco regulatório a nortear uma política consistente e racional para o gás natural no país deve fundamentar-se em três princípios: separação dos custos de extração, de transporte e de distribuição, “para permitir aos consumidores o pleno conhecimento da estrutura de preços daquilo que estão adquirindo e pagando”; o preço do gás natural deve refletir os custos da extração e do transporte de gás, nos respectivos pontos de consumo, sem subsídios implícitos; e garantia de livre acesso à infra-estrutura de transporte pelas empresas produtoras de gás, fundamental para estimular a competição na produção, avaliou.



Para Ricardo Santos, as termelétricas estão sendo comprometidas

Tião Viana aplaude nota do Ministério da Saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) aplaudiu a “forma firme e inequívoca” com que o Ministério da Saúde se pronunciou em relação a dois casos recentes de discriminação a portadores do vírus HIV, que provoca a Aids. O primeiro foi o de uma menina recusada por uma escola particular no Rio de Janeiro. No outro, liminar judicial manteve a exigência do teste de HIV para candidatos aos quadros das Forças Armadas.

— A posição do ministério representa uma atitude de vanguarda de uma instituição pública, por ser clara e contundente, sem recorrer a subterfúgios de linguagem — considerou.

Tião Viana leu a nota oficial do coordenador nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e de Aids, do Ministério da

Saúde, Paulo Roberto Teixeira. Segundo o texto, a discriminação aos portadores de HIV dificulta a prevenção, aumenta a vulnerabilidade da população e compromete a qualidade de vida dos portadores do vírus, afastando-os do convívio social e da produtividade. “O ministério espera que a Justiça brasileira avance ainda mais para que fatos como esses não voltem a ocorrer”, finaliza a nota.

O senador lamentou que as Forças Armadas continuem a exigir teste negativo de HIV para ingresso em suas fileiras, quando pareceres técnicos e científicos já comprovaram não ser o teste negativo indicador confiável de aptidão para qualquer atividade profissional. Tião Viana lembrou ainda já ter a medicina moderna provado que o vírus não se transmite na convivência social. Segundo o senador, o preconceito contra os doentes portadores de HIV representa um fato que agride esses brasileiros, comprometendo sua qualidade de vida.

— Não podemos ainda dar o grito da cura da Aids, mas certamente podemos condenar com veemência qualquer manifestação de discriminação — disse.



Tião Viana criticou o preconceito aos portadores de HIV

Maguito Vilela considera avanço nova Lei do Esporte

A nova legislação, que cria o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, estimulará o investimento externo no setor, na avaliação do senador

Ao comentar a sanção presidencial da nova Lei do Esporte, elaborada pelo Congresso Nacional, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que ela representa grande avanço na regulamentação esportiva do país. Os benefícios serão especialmente em relação ao futebol, disse o parlamentar, por acabar com a prática do passe dos jogadores e criar o Superior Tribunal de Justiça Desportiva para evitar que problemas de ordem esportiva sejam julgados pela Justiça comum, como aconteceu recentemente em relação ao campeonato brasileiro.

Quanto aos bingos, que acabaram ligados a denúncias de fraude, sonegação fiscal e lava-



Para Maguito Vilela, o futebol, "patrimônio do povo brasileiro", será beneficiado

gem de dinheiro, Maguito explicou que a nova lei não trata especificamente do assunto, julgando estranho à matéria esportiva. "Optamos por sugerir a cria-

ção de uma nova comissão que irá apresentar uma nova legislação rígida e tecnicamente consistente que evite o desvirtuamento da atividade", informou.

Para Maguito, a nova lei estimula os investimentos internacionais no esporte, sobretudo no futebol, mas protege a atividade considerada patrimônio do povo brasileiro. Ele lembrou que, segundo a nova regulamentação, uma empresa não pode deter a maioria acionária de uma equipe esportiva. Tampouco ser acionista de clubes disputando a mesma competição. Contudo, a exploração de marcas e os contratos de patrocínio continuam livres, sem qualquer cláusula restritiva, afirmou.

Tebet cobra mais incentivo público ao atleta brasileiro

Ao homenagear o atleta José Luís Barbosa, o Zequinha Barbosa, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez ontem apelo ao poder público para que haja maior incentivo a todas as modalidades de esporte. A proximidade das Olimpíadas de Sidney, na Austrália, em que o Brasil será representado por um número menor de esportistas do que nas Olimpíadas de 1996, em Atlanta, levou o senador a observar que os atletas brasileiros lutam com dificuldades para dignificar o país no estrangeiro.

Zequinha Barbosa, na avaliação de Tebet, transformou-se em verdadeiro mito do esporte nacional e mundial. Menino pobre de Três Lagoas (MS), ele participou de quatro olimpíadas. No entanto, por seis segundos, não poderá participar das competições em Sidney, que seria sua quinta olimpíada.



Ramez Tebet homenageou o atleta Zequinha Barbosa, que participou de quatro olimpíadas

Tampouco verá seu nome incluído no livro dos recordes como o atleta que mais participou de olimpíadas.

Especialista nos 800 metros, modalidade em que foi incluído entre os dez melhores do mundo durante dez anos seguidos, Zequinha Barbosa encerra agora sua carreira,

aos 40 anos, como exemplo para todos os atletas brasileiros, na opinião do senador.

— Exemplo para os muitos zequinhas barbosas, talentos inaproveitados, porque falta amparo do poder público. Craques surgem do nada, por esforço próprio — disse Tebet.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiou Tebet dizendo que o poder público deve à sociedade brasileira uma fonte de financiamento para o esporte, particularmente o amador, "para que seja uma atividade plural, participativa". Já o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que comemorava a nova legislação que regulamenta os esportes, disse ter apelado ontem ao presidente da República, na solenidade de sanção da lei, para que haja incentivos ao setor.

Jucá alerta sobre projeto que ameaça o cooperativismo

O cooperativismo está ameaçado por projeto de lei da Câmara que revoga a exigência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, conforme determina hoje a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O alerta é do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que pediu a atenção dos colegas no exame do



Romero Jucá: cooperativas garantem hoje 4 milhões de postos de trabalho

projeto, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Mais uma vez, vivem os trabalhadores cooperativistas uma situação de insegurança, diante da falta de sensibilidade da classe política e de outros interesses, que não atentaram para o fato de que a lei não pode ser estática, necessitando modernizar-se e adequar-se à dinâmica da sociedade — afirmou.

Jucá lembrou que o cooperativismo, uma das mais antigas formas as-

sociativas de produção, distingue-se dos demais tipos societários previstos pelo Direito. Dessa forma, muitos brasileiros excluídos do sistema produtivo buscaram no cooperativismo de trabalho sua única alternativa de sobrevivência, explicou. Para o senador, no entanto, essa tentativa sofreu oposição

de vários setores que procuraram inviabilizar a união dos trabalhadores em cooperativas.

Em seu discurso, o parlamentar destacou o alcance social do cooperativismo, que representa a garantia de 4 milhões de postos de trabalho, conforme dados do Ministério do Trabalho, e a subsistência de quase 20 milhões de brasileiros, além de ter uma participação de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) — com cerca de US\$ 40 bilhões.

Sebastião Rocha elogia programa contra catarata

A campanha do Ministério da Saúde conhecida como *Mutirão de Cataratas*, que está sendo realizada desde o dia 5 e vai até 12 de agosto na região do Jari, no Amapá, foi elogiada ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que também agradeceu a iniciativa ao ministro da Saúde, José Serra. Segundo o parlamentar, a campanha é resultado de convênio firmado entre o Ministério da Saúde, a Universidade Federal de Goiás, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia e diversas prefeituras, para atender a pessoas com mais de 50 anos na prevenção e tratamento da catarata, doença responsável por um alto índice de cegueira na população mais pobre.

— Esse é o tipo de programa que merece ser apoiado por todos nós, por demonstrar a visão social que está sendo implementada pelo Ministério da Saúde em todo o país — afirmou, ressaltando a importância de dois outros mutirões que serão iniciados em breve, para combater doenças da próstata e relacionadas à hérnia.

IDH-14

O senador disse ainda que não concorda com a forma como fo-



Sebastião Rocha: a campanha está sendo realizada no Amapá desde o dia 5 e vai até 12 de agosto

ram escolhidos os 14 estados que serão beneficiados com recursos do Programa de Desenvolvimento Integrado Sócio-Econômico (IDH-14). Segundo disse, talvez o Amapá seja o único estado da região Norte a ser excluído do programa. "Quem são os responsáveis pela definição dos critérios que medem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?" indagou o senador. Sebastião Rocha adiantou que apresentará hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, requerimento para que o ministro responsável pelo programa seja convidado a explicar os critérios do IDH.

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



TV SENADO

TV Senado estreia "Quem tem medo da música clássica?"

Quem tem medo da música clássica? é o título do programa que estreia neste final de semana na TV Senado. Apresentado pelo jornalista, escritor e senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o programa será lançado hoje, às 18h, no Cafezinho dos Senadores.



Távola vai apresentar o programa

Único no gênero na atual TV brasileira, o programa tem um formato que favorece o conhecimento das obras, dos autores, da condução das orquestras, da história da música, das características e da

evolução dos instrumentos, dos conceitos musicais mais importantes e da relação da música com as demais artes.

Artur da Távola trava um diálogo informal com o telespectador, introduzindo-o naturalmente, com uma linguagem simples, no universo da música clássica. Segundo Távola, *Quem tem medo da música clássica?* é destinado "a jovens de todas as idades". O programa será veiculado aos sábados e domingos, às 10h e às 18 horas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h - *Debate* - Senadoras Maria do Carmo e Thelma Siqueira Campos falam sobre a mulher do século 21
2h - *Saúde/Unip* - Óculos
2h30 - *Jornal do Senado*
3h - *Cores do Brasil* - Diamantina
3h30 - *Entrevista* - Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
4h - *Jornal do Senado*
4h30 - *Saúde/Unip* - Óculos
5h - *TV Escola* - Paisagens Brasileiras - Cidade histórica/Olinda (PE)
5h30 - *Cores do Brasil* - Pernambuco
6h - *Saúde/Unip* - Óculos
6h30 - *Debate* - Senadoras Maria do Carmo e Thelma Siqueira Campos falam sobre a mulher do século 21
7h30 - *Entrevista* - Sen. Lúcio Alcântara fala sobre o direito à privacidade
8h - *Jornal do Senado*
8h30 - *TV Escola* - Paisagens Brasileiras - Cidade histórica/Olinda (PE)
9h - Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
10h - Sessão Solene do Congresso Nacional - Estatuto da Criança (vivo)

Logo após - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 - Sessão Plenária (vivo)
19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional - Votação dos vetos presidenciais (vivo)
21h - *Jornal do Senado*
21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Solene do Congresso Nacional
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida - *A Voz do Brasil*
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Governador abre exposição sobre a Paraíba no Senado

Evento, que integra a comemoração dos 500 anos do Descobrimento, apresentará a história política e o desenvolvimento do estado

Com a presença do governador José Maranhão, será aberta hoje, às 11h30, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima (Senado Galeria), a exposição *A Paraíba nos 500 anos do Brasil*, promovida pelo governo daquele estado em conjunto com o Senado Federal. Integram a mostra painéis contando a história política e o desenvolvimento cultural, social e econômico da Paraíba. Durante a solenidade, o governador e o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) de-

verão pronunciar-se sobre a importância da Paraíba na história do Brasil.

PERSONALIDADES

A exposição também abordará nomes relevantes da vida política brasileira que nasceram na Paraíba, como o ex-presidente Epitácio Pessoa, o ex-governador José Américo de Almeida e o economista Celso Furtado. Da área cultural, a mostra inclui nomes como Jackson do Pandeiro, Ariano Suassuna, Elba Ramalho, José Lins

do Rêgo e Assis Chateaubriand. A Paraíba é um dos estados mais antigos do Brasil, com 415 anos de existência.

Os painéis destacam ainda o Cabo Branco, ponto mais oriental das Américas, monumentos históricos do estado, aspectos econômicos, o Parque Solon de Lucena, a Paraíba como pólo cultural, o povo paraibano e o Parque dos Dinossauros, um importante centro arqueológico localizado na região sertaneja de Souza.



A exposição sobre riscos do tabagismo foi aberta por Antonio Carlos Magalhães, José Serra e Bernardo Cabral

Serra defende projeto que limita propaganda de cigarro

O ministro da Saúde, José Serra, defendeu ontem, durante visita a uma exposição sobre os riscos do tabagismo no Salão Negro do Congresso Nacional, a aprovação de projeto que limita a publicidade de cigarros e bebidas, cuja votação estava prevista para on-

tem mesmo na Câmara. Ele criticou a campanha contra a proposta promovida pela indústria do fumo, que utiliza inclusive esportistas que não desejam perder o patrocínio das empresas do setor.

— Uma das estratégias preferidas pela indústria de cigarros é a

utilização de terceiros, inocentes úteis, como publicitários e esportistas. Eles chegam até a usar advogados para falar em liberdade, mas a Constituição brasileira é clara ao afirmar que a publicidade de cigarros pode sofrer restrições — afirmou o ministro.

Vídeo mostra as mulheres no poder

A Bancada Feminina do Congresso e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançam hoje, às 14h, no auditório do Espaço Cultural da Câmara, o vídeo *Mulheres na Política - Mulheres no Poder*. De acordo com a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), uma das coordenadoras da Bancada Feminina, o vídeo será distribuído em todo o país.

Ex-ministro lança livro sobre São Francisco

O livro intitulado *Transposição das águas do São Francisco - agressão à natureza x solução ecológica*, do ex-ministro João Alves Filho, será lançado hoje, às 18h30, no Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional.

O autor, engenheiro João Alves Filho, exerceu os cargos de prefeito de Aracaju (SE) e de governador do estado de Sergipe por dois mandatos. Foi ministro do Interior no governo José Sarney e já escreveu outras obras sobre temas

relacionados ao Nordeste: *No outro lado do mundo* (1988) e *Nordeste - estratégias para o sucesso* (1987).

No livro que será lançado hoje, o autor defende a transposição do São Francisco, impulsionado pela escassez de água nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e grande parte de Pernambuco. Ao mesmo tempo apresenta alternativa para salvar o rio da degradação que ameaça sua sobrevivência.

Suassuna quer posição firme contra barreiras tarifárias

Senador sugere que o governo leve à Organização Mundial do Comércio a discussão sobre restrições a produtos brasileiros. “É preciso protestar contra as injustiças e prejuízos impostos às nossas exportações”, afirma

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu uma posição mais firme do Brasil com relação às barreiras tarifárias impostas aos produtos brasileiros pelos países do Primeiro Mundo, especialmente os Estados Unidos. Ele sugeriu que o assunto seja levado para discussão na Organização Mundial do Comércio e que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso reexamine a política que o país vem adotando nesse comércio bilateral.

— É preciso protestar contra essas injustiças e prejuízos que são impostos pelos Estados Unidos às nossas exportações. As implicações negativas que disso decorrem para o bem-estar do povo



Ney Suassuna cita o caso do aço como exemplo de restrição imposta a produto brasileiro

brasileiro são sérias e graves. As restrições comerciais americanas contra nossos produtos de exportação são tão importantes que não devemos deixá-las pas-

sar em branco — comentou Ney Suassuna.

Além das barreiras tarifárias, segundo o senador, o Brasil sofre com a restrição de quotas e

com a classificação de *dumping* para alguns dos seus produtos. Ele citou o caso do aço, fabricado por custo menor do que nos Estados Unidos, mas classificado pelos americanos como tendo preço “artificialmente baixo”.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que, se o Brasil não ampliar suas exportações de maneira consistente e duradoura, a economia não dará o salto que a população espera há muito tempo. Acrescentou que, para alcançar a previsão do governo federal de exportar mais de US\$ 100 bilhões em três anos, é necessário um esforço para produzir cada vez mais e com melhor qualidade para competir com os outros países exportadores. “O Itamaraty

também deve fazer gestões eficazes junto a autoridades dos Estados Unidos para acabar com as barreiras impostas aos produtos brasileiros”, completou.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que chegou o momento de o Brasil tomar atitudes mais agressivas no sentido de ampliar suas exportações. Ele qualificou o governo de ingênuo na sua posição perante os parceiros internacionais, especialmente os do Primeiro Mundo, que fazem restrições maiores do que as que são impostas aos produtos estrangeiros que entram no mercado brasileiro. “Temos que romper o gargalo externo que continua sendo o nó que aperta e dificulta o crescimento de nossa economia”, argumentou.

Patrocínio propõe punição para uso de informação privilegiada

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei punindo, com pena de reclusão de um a seis anos e multa, quem divulgar ou utilizar informação relevante de que tenha ciência em razão de cargo ou profissão, para obter vantagens financeiras ou causar prejuízos econômicos a alguém ou ao patrimônio público. Ele lembrou serem os criminosos do sistema financeiro aqueles que trazem lesões de maior monta à ordem jurídica do país.

— É chegada a hora de desmentirmos o conceito popular de que rico não vai para a cadeia no Brasil. São os “criminosos do colarinho branco”, que, aproveitando suas ligações, obtêm informações antecipadas das medidas de política econômica que serão adotadas pelo governo e, utilizando-as inescrupulosamente, lesam o erário em quantias astronômicas, prejudicando toda a nação — observou.

Segundo Patrocínio, é preciso

estretar a malha da legislação penal para tipificar com maior precisão os delitos praticados por esses “peixes” graúdos — “que são useiros e vezeiros em escapar pelas brechas existentes na lei”. O senador admitiu já haver, na legislação brasileira, dispositivos que atribuem penalidades civis e administrativas à utilização ilícita de informações, enquanto a Lei das Sociedades por Ações prevê penas administrativas e procedimentos civis em caso de manipulação ilegal de informação privilegiada. Afirmou, porém, que elas raramente são aplicadas. Carlos Patrocínio explicou que o Código Penal também trata do assunto, mas de forma genérica.

— Talvez por isso, a lei penal não tem alcançado esses delinquentes. Assim, optei por apresentar um projeto acrescentando um artigo ao código, para tipificar o crime de informação privilegiada e prever punição específica — concluiu o senador.



Projeto de Patrocínio tipifica o crime de informação privilegiada e prevê punição específica

Crítérios do IDH-14 são injustos, afirma Porto

Os critérios utilizados pelo governo para definir os beneficiários do Programa de Desenvolvimento Integrado Sócio-Econômico (IDH-14) exigem uma revisão urgente, afirmou ontem o senador Arlindo Porto (PTB-MG). Ele acusou o programa, anunciado recentemente pelo Executivo, de ser injusto e afrontar os princípios federativos. O IDH-14 deve destinar R\$ 13,3 bilhões até o ano de 2002 para beneficiar 2.091 municípios selecionados.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), é mais qualificado para a avaliação das condições de vida da população que os tradicionais índices econômicos do Produto Interno Nacional e Regional, observou o senador. No entanto, os “tecnocratas” que elaboraram o programa cometeram, conforme Arlindo Porto, equívoco metodológico que resultou em discriminação dos pobres pelo estado de origem “e não pelo estado de necessidade em que se encontram”.

— O critério correto deveria ter sido desde o início, sem dúvida, o IDH dos municípios brasileiros e não o IDH dos estados — explicou. Pelo critério adota-



Para Arlindo Porto, programa faz discriminação dos pobres pelo estado de origem

do, o estado de Minas Gerais, “que não pode se conformar silenciosamente com essa metodologia”, foi excluído do IDH-14, embora 11% dos 1.818 municípios mais pobres do país sejam mineiros, disse ele.

Ao adotarem o IDH estadual para selecionar 14 dos 26 estados brasileiros e depois utilizarem o IDH municipal para distribuir os recursos no âmbito dos estados, os técnicos do governo promoveram “profunda injustiça, pois muitos dos municípios beneficiados têm IDH superior ao de tantos outros municípios que ficarão sem programas, obras e serviços, por não estarem entre os estados selecionados”, reiterou o senador.

Em apartes, os senadores Ger-son Camata (PMDB-ES), Sebas-

tião Rocha (PDT-AP) e Maguito Vilela (PMDB-GO) apoiaram a proposta de Arlindo Porto de revisar os critérios do IDH-14. Camata registrou que o Espírito Santo também foi discriminado, enquanto o senador pelo Amapá, estado excluído do programa, anunciou que hoje, em reunião da Comissão de Assuntos Sociais, apresentará requerimento para convidar o ministro responsável pelo IDH-14 para debatê-lo com os senadores. Maguito destacou que há fome a poucos quilômetros do Palácio do Planalto, no Entorno do Distrito Federal, tanto como nos municípios selecionados pelo IDH-14. “Se o governo quer combater a fome, ele tem que ir aonde ela está”, afirmou.